

362

# Revista Portuguesa de História

Homenagem aos Professores

Luís Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Instituto de História Económica e Social  
Coimbra 0304

*Revista Portuguesa de Historia*

t. XXXVI (2002-2003)

pp. 313-334 (vol. 2)

**Poder, Memória e Glória:  
comemoração do 8º centenário da tomada de Lisboa aos mouros**

**ERNESTO CASTRO LEAL**

Faculdade de Letras e Centro de Historia  
da Universidade de Lisboa.

«D. Afonso Henriques

Pai, fostes cavaleiro

Hoje a vigília é nossa.

Dá-nos o exemplo inteiro

E a tua inteira força!

Dá, contra a hora em que, errada,

Novos infiéis vençam,

A bênção como espada,

A espada como bênção!».

Fernando Pessoa, *Mensagem* (1934)

«Não apliquemos às grandes datas a pena do silêncio, sob pretexto de que já algum dia as festejámos. Renegar a história é atraiçoar a vida [...]. E, sobretudo, não desconhecamos o alcance político e o valor pedagógico das grandes comemorações.»

Júlio Dantas, *Discurso inaugural das comemorações do VIII centenário da tomada de Lisboa aos mouros* (15 de Maio de 1947)

## 1. Considerações Preliminares

As duas epígrafes escolhidas sintetizam em grande parte o imaginário político e o imaginário histórico evidenciado durante o acto comemorativo do 8º centenário da tomada de Lisboa aos mouros, podendo até considerar-se que aí se encontram algumas ideias estruturantes da dinâmica comemorativa lusa: mobilização e advertência pública, exemplaridade de acções heroicas, culto da memória histórica, eficácia política e pedagógica do passado no presente.

As comemorações centenárias envolveram a vida pública portuguesa desde finais do século XIX até hoje. São, portanto, uma incontornável dimensão de cultura histórica e de memória social dentro da percepção do nosso tempo contemporâneo, permitindo a configuração de um campo historiográfico de estudo<sup>1</sup>. As celebrações comemorativas promoveram um imaginário heroico que fundamentou diversos programas e práticas de nacionalismo político e cultural<sup>2</sup>, pelo menos, com grande incidência, entre 1880 (3ª centenário da morte de Camões) e 1960 (5º centenário da morte do Infante D. Henrique). Pode definir-se, no interior do calendário das comemorações centenárias, cinco tempos fortes com grande projecção social e política: 1880-1882 (Camões e Pombal); 1887-1894-1898 (ciclo dos Descobrimentos); 1905-1909-1910 (Bocage, José Estêvão, Herculano); 1918-1922-1931 (Nuno Álvares), 1940-1947-1960 (Duplo centenário, tomada de Lisboa aos Mouros, Infante D. Henrique).

A fundamentação do comemorativismo centenário é muito devedora do programa positivista de Augusto Comte para uma nova religiosidade cívica, onde se inseriam, conjuntamente com as Exposições e os Congressos, os Centenários, os quais acabariam por estabelecer um «sistema regular de comemorações» em honra dos grandes homens e dos grandes sucessos que tivessem marcado a evolução mental e material da Humanidade. A recepção em Portugal desse programa operou-se particularmente por via do publicismo insistente de Manuel Emídio Garcia e de Teófilo de Braga, sendo o deste último recolhido na sua obra *Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas* (Porto, 1884). A primeira realização comemorativa, muito influenciada por esse método positivista, foi a comemoração camoniana de 1880<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Fernando Catroga, «Ritualizações da História», in *História da História em Portugal, sécs. XIX-XX* (autores: Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga), s.L., Círculo de Leitores, 1996, pp. 547-671.

<sup>2</sup> Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Alvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

<sup>3</sup> Jorge Borges de Macedo, «Camões em Portugal no século XIX», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIII, Coimbra, 1985, pp. 139-180; Fernando Catroga, «Os inícios do Posi-

Se é verdade que a programação política laicista republicana activara o centenarismo, não se deve esquecer o contributo dado pela contra-resposta católica de recristianização social, evidenciada logo no 7º centenário do nascimento de Santo António em 1895, continuada em múltiplos outros centenários de figuras ligadas à história da Igreja Católica, vindo a projectar-se significativamente no 5º centenário da morte de Nuno Álvares em 1931, no duplo centenário de 1940 e no 8º centenário da tomada de Lisboa aos mouros em 1947. Estas duas últimas comemorações inseriram-se numa das mais consistentes dimensões da ideologia e da mentalidade nacionalistas do Estado Novo: a promoção do mito de Cruzada, inculcando também por esse meio o projecto político e civilizacional de Portugal-império como matriz identificadora do nosso Estado-nação<sup>4</sup>.

Após a grande operação cultural e política que tinha sido a comemoração do duplo centenário da fundação e restauração da nacionalidade em 1940 - afirmando Portugal no contexto geopolítico da Segunda Grande Guerra -, pretenderam as autoridades administrativas lisboetas (com apoio imediato do Governo) divulgar o lugar da cidade-capital como «cabeça do Império Português». Não se deve esquecer também que, ao lado das várias Lisboas «velhas» (romana, árabe, manuelina, joanina, pombalina ou regeneradora), havia agora uma Lisboa «novíssima», saída da racionalidade modernizante do prof. engº Duarte Pacheco, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, entre 4 de Janeiro e 25 de Abril de 1938, momento em que novamente era empossado como ministro das Obras Públicas e Comunicações, cargo ocupado até à sua morte trágica a 16 de Novembro de 1943.

A prática comemorativa propagadora do mito de Cruzada e do lugar arquetípico de Lisboa enraizou-se em duas âncoras fundamentais: por um lado, a cruz (vector civilizacional cristão); por outro, a espada (vector militar guerreiro). De forma sintomática, essa realidade simbólica estava revelada, por exemplo, na oratória do reverendo dr. Manuel António Valente Pombo, professor no Seminário Diocesano do Porto. Durante o *TeDeum* ocorrido em Maio de 1947 nessa cidade, a propósito da cerimónia de entrega da espada de D. Afonso Henriques, que havia de seguir para as comemorações de Lisboa, afirmou: «A causa de Deus e a causa da Pátria identificam-se [...]. E ouvir a História!

tivismo em Portugal. O seu significado político-social», *Revista de História das Ideias*, vol. 1, Coimbra, 1976, pp. 287-394; Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1989.

<sup>4</sup> João Medina, *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a Ditadura*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, pp. 51-184 («III. “Deus, Pátria e Família”: ideologia e mentalidade do Salazarismo»).

Deus é amor. Amar a Pátria, saber amá-la, subentende o serviço de Deus. Negá-lo é negá-la [...]. Há 8 séculos que persiste essa união mística entre a Nação e o Céu; e, a comprová-lo, ali está a Espada do nosso primeiro rei [...]»<sup>5</sup>. Estava assim percebida a identidade cristã da nação portuguesa que, na realidade, perpassou toda a liturgia festiva praticada: cartazes, selos, exposições, iluminações, discursos solenes, marchas populares, cortejos, etc.

O centenário de 1947 encerrou um ciclo de fortes realizações culturais e políticas do Estado Novo, que tiveram incidência concreta na dinâmica urbana lisboeta, quer no respeitante à organização do território, quer em relação à função dos seus espaços. Nesse processo propagandístico-comemorativo é justo destacar o papel de agitação cultural protagonizado por António Ferro, director do Secretariado da Propaganda Nacional desde 1933 e, entre 1944 e 1949, director do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, organismo sucessor do primeiro<sup>6</sup>.

## 2. Circunstâncias Ocorrentes

«Miséria e medo, características do actual momento».

António de Oliveira Salazar, *Discurso* (25 de Novembro de 1947)

O planeamento e realização do centenário fez-se num contexto internacional e nacional de forte tensão, decorrente de nova situação geopolítica do após Guerra, levando o Presidente do Conselho a intitular de «*Miséria e medo, características do momento actual*» um discurso que proferiu aos deputados, a 25 de Novembro de 1947, na biblioteca da Assembleia Nacional<sup>7</sup>. Na sua quase totalidade, era uma reflexão sobre o mundo europeu coetâneo, onde diagnosticava «miséria» e «medo do comunismo», mas, no final, acrescentou algumas breves palavras sobre a política interna, em particular a propósito do falhado movimento revolucionário de 10 de Abril. Interessa, por conseguinte, olhar, historiograficamente, aspectos da vida nacional durante o ano em que decorreu este centenário.

A nação sofria as graves consequências do «momentoso problema dos abastecimentos», para usar a qualificação que lhe foi dada, em 5 de Março de 1947, pelo ministro da Economia, Daniel Barbosa (ministro de Fevereiro de

<sup>5</sup> *Diário da Manhã*, Lisboa, ano XVII, n.º 5749, 14 de Maio de 1947, p. 1.

<sup>6</sup> Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço político e imaginário social (1918-32)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

<sup>7</sup> Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, pp. 285-311.

1947 a Outubro de 1948). As normas de racionamento de géneros, estipuladas pela Intendência-Geral dos Abastecimentos, eram frequentemente desrespeitadas pelos comerciantes, com gravidade desde 1946, assim como se mostravam inoperantes os organismos corporativos na promoção do abastecimento a algumas áreas regionais. Para criar um ambiente público de acatamento das disposições económicas vigentes, a 3 de Abril de 1946, Oliveira Salazar fez publicar uma mensagem na Imprensa - «*Produzir e poupar*» -, mas não deixaram de crescer as críticas ao então ministro da Economia, Clotário Supico Pinto (ministro entre Setembro de 1944 e Fevereiro de 1947), responsabilizado publicamente pela deficiência no cumprimento do racionamento e pelo aumento da inflação.

Por detrás da contestação a Supico Pinto moviam-se, no entanto, várias correntes de opinião no interior do regime, ganhando o seu confronto superior visibilidade entre 1944 e 1949. Sem operar um diagnóstico aprofundado, interessa estabelecer dois importantes grupos informais: o grupo de Fernando dos Santos Costa (ministro da Guerra)/Júlio Botelho Moniz (ministro do Interior) - o chamado «partido militar»; e o grupo de Marcello Caetano (ministro das Colónias)/Augusto Cancela de Abreu (ministro das Obras Públicas e Comunicações) - um dos vários «partidos civis». O primeiro grupo defendia o endurecimento do regime (Júlio Botelho Moniz, nos finais da década de 50, mudou de opinião), enquanto que o segundo grupo advogava a renovação do regime perante os desafios democráticos europeus do após Guerra<sup>8</sup>.

O grupo de Santos Costa evidenciou assinalável capacidade de influência política entre o II Congresso da União Nacional (Maio de 1944) e a remodelação governamental de Fevereiro de 1947; o grupo de Marcello Caetano afirmar-se-ia a partir dessa remodelação. O «partido militar» subalternizava deliberadamente a «organização política e civil», mesmo depois de Oliveira Salazar, no discurso inaugural da I Conferência da União Nacional (9 de Novembro de 1946), ter chamado a atenção para a «relevância do factor político». Atitude paradigmática foi a de Botelho Moniz ter decidido, em consonância com Santos Costa, ganhar posições na rede administrativa distrital, demitindo Governadores Cívicos e nomeando outros sem consulta prévia às estruturas nacionais e distritais da União Nacional.

<sup>8</sup> Jorge Borges de Macedo, «Marcelo Caetano e o Marcelismo», *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias* ( direcção de João Medina), vol. XIII, Alfragide, Ediclube, s.d. [1993, reed. 1998], pp. 263-282; Ernesto Castro Leal, «União Nacional», *ibidem*, vol. XII, pp. 205-224; Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

A posição crítica deste grupo perante a União Nacional pode surpreender-se num excerto de carta enviada a Oliveira Salazar por Santos Costa, a 15 de Outubro de 1945: «Noto certo alarme nos nossos arraiais com o actual momento político. Os inimigos crescem a olhos vistos e, mesmo que não vão às eleições [eleições legislativas de 18 de Novembro de 1945], devem sair do acto bastante prestigiados. Serão os nossos capazes de aproveitar o pretexto para se unirem? Oxalá que sim. Mas quem deve dar o grito de união? Quem terá possibilidade de se fazer ouvir? Creio firme e sinceramente que da U. [União] N. [Nacional] nada poderá vir de útil a este respeito. Falta aos seus elementos dirigentes o indispensável prestígio para tanto. Tenho por outro lado receio de que as listas de deputados a apresentar ao sufrágio constituam um desapontamento geral para a massa da nossa gente mais dedicada que é a que me importa por ser aquela com que sempre podemos contar. Deus nos ajude para o bem do País que é a minha preocupação exclusiva [...].»<sup>9</sup>.

A comissão executiva da União Nacional era então presidida pelo major Joaquim Mendes do Amaral e tinha como vogais o proprietário rural Francisco de Melo Machado e o advogado Ulisses Cortês. É certo que a União Nacional passava por uma fase de estagnação e a sua I Conferência Nacional de 1946 exigiu maior vigor político. No entanto, o grupo que aí se afirmou como «renovador» seria o grupo de Marcello Caetano. O conflito insanável entre Botelho Moniz e a direcção da União Nacional permitiu a Oliveira Salazar convocar o apoio mais saliente do referido «partido civil», negociando um acordo com Marcello Caetano: este tomaria posse como presidente de uma nova comissão executiva da União Nacional (veio a ocorrer a 4 de Março de 1947) e Augusto Cancela de Abreu seria nomeado ministro do Interior na remodelação governamental que se fez a 4 de Fevereiro de 1947<sup>10</sup>. O grupo de Santos Costa sofria, desta forma, um revés na audiência institucional<sup>11</sup>, e o grupo de Marcello Caetano insinuava-se cada vez mais nas estruturas centrais do Poder,

<sup>9</sup> *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar*, vol. I (1934-1950), Lisboa, «Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista», 1998, p. 143.

<sup>10</sup> Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Editorial Verbo, 1977, pp. 270-292.

<sup>11</sup> Santos Costa, não conformado com a remodelação, em carta para Oliveira Salazar que este recebeu a 14 de Fevereiro de 1947, anotou: «Tenho a impressão que o ambiente de Lisboa - falo, evidentemente, do da tropa - piorou com a remodelação ministerial. Vamos a ver se isto melhora. Quem achei muito bem foi o Chefe do Estado. Está juvenil e absolutamente confiado na capacidade política de V. Ex<sup>a</sup> p<sup>a</sup> vencer as dificuldades [...]»- cf. *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar* ..., p. 159.

promovendo novas adesões à União Nacional<sup>12</sup> e dispondo, a partir de Janeiro de 1948, do Centro de Acção Popular<sup>13</sup> - era o Marcelismo em desenvolvimento.

Na área das oposições ao Estado Novo assistiu-se a um revigoramento após 1945, contribuindo essa circunstância também para uma crescente tensão no ambiente político nacional. A 8 de Outubro de 1945, criou-se o Movimento de Unidade Democrática, grupo cívico legal, cuja audiência adquiriu grande expressão junto de várias correntes políticas de diferentes gerações. Demonstrando preocupação com a vitalidade oposicionista, mesmo numa área periférica como Leiria, o monárquico integralista José Pequito Rebelo transmitiu o seu receio a Santos Costa, em carta datada de 13 de Outubro de 1945: «Estou afastado de tudo mas há dias assisti por acaso à reunião eleitoral do *revirinho* em Leiria e tive a impressão de perigo nacional grave. Se assim é, se os homens do Governo consideram realmente a situação perigosa, creio que eu poderia fornecer alguns elementos de uma solução *jurídica* do problema, solução que assegurasse ao Exército parte decisiva. Para isso, conviria avistar-me com VE para conhecer os dados do problema [...]

»<sup>14</sup>. Ao mesmo tempo que decorria a actividade legal de propaganda oposicionista, planeava-se a actividade conspirativa sediciosa que convergiu na criação, em Junho de 1946, da Junta Militar de Libertação Nacional. Na direcção dessa Junta estavam, entre outros, o vice-almirante José Mendes Cabeçadas Júnior, o general Marques Godinho, os brigadeiros Vasco de Carvalho, Eduardo Corredor Martins e António de Sousa Maia, e o prof. de Medicina Augusto Celestino da Costa (secretário da Junta); planearam um golpe para 10 de Outubro de 1946 e outro para 10 de Abril de 1947.

<sup>12</sup> Ganhou grande significado a adesão pública de novos quadros à União Nacional, durante uma cerimónia realizada na sua sede a 28 de Março de 1947. Entre as notabilidades estavam Joaquim da Silva Cunha, Henrique Veiga de Macedo, Jorge Botelho Moniz, Camilo Mendonça, Rui Sanches, Afonso Marchueta, Jorge Jardim, António Santos da Cunha, Baltazar Rebelo de Sousa, António Manuel Couto Viana. Apesar do entusiasmo inicial na presidência da comissão executiva da União Nacional, Marcello Caetano, passados quatro meses, já mostrava alguma decepção: «O Governo tem orientado a sua política interna sozinho, e continua a ser a *única* realidade política activa, apoiado no aparelho administrativo e nas polícias [...]. Eis-me pois reduzido a um serviço de intermediário entre a província e o Ministério do Interior para a escolha de governadores civis e de presidentes de câmara e para a transmissão de pretensões de filiados da União Nacional: não é, realmente, um brilhante papel! [...]» - cf. Carta de Marcello Caetano para Oliveira Salazar, de 31 de Julho de 1947, in José Freire Antunes, *Salazar e Caetano. Cartas secretas, 1932-1968*, s.l., Círculo de Leitores, 1993, pp. 220-221.

<sup>13</sup> Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 199.

<sup>14</sup> *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar ...*, p. 145.

No primeiro quadrimestre de 1947, viveu-se em ambiente de golpe de Estado, com movimentações conspirativas do lado do regime e do lado das oposições<sup>15</sup>, não se devendo esquecer também a agitação social grevista na região de Lisboa (entre 4 e 25 de Abril), promovida pelo Partido Comunista Português<sup>16</sup>. A descoberta oficial da tentativa golpista de 10 de Abril levaria a uma dura resposta governamental: publicação de um *Diário do Governo*, a 18 de Junho seguinte, onde se determinava a aposentação compulsiva para alguns sediciosos militares (Mendes Cabeçadas, Marques Godinho, Sousa Maia, Carlos Afonso dos Santos, que usava o pseudónimo de Carlos Selvagem, Mendes Magalhães, etc.) e civis (professores universitários Augusto Celestino da Costa, Francisco Pulido Valente, Mário Silva, Remy Freire, etc.).

Neste «ambiente de desassossego» em que «espírito público anda perturbado» e «apto para todas as manobras» - como certamente viu Santos Costa em Fevereiro de 1947<sup>17</sup> -, as comemorações do 8º centenário da tomada de Lisboa aos mouros representaram também uma resposta de convergência político-simbólica do Poder a todos os actos conspirativos para o derrubar. Mas a preparação político-cultural do centenário de 1947 deve ser inserida, na raiz, dentro da mesma dinâmica que fora criada em tomo da realização das comemorações centenárias de 1940.

Várias vezes tinha sido proposta em reuniões da Câmara Municipal de Lisboa - nomeadamente nas de 19 de Fevereiro de 1942 e de 18 de Março de 1944 - essa comemoração, que teria o seu momento mais alto em 25 de Outubro de 1947, invocando a data da entrada solene há oitocentos anos de D. Afonso Henriques na cidade de Lisboa. O processo acabou por avançar irreversível-

<sup>15</sup> *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar* . . p p . 168-173.

<sup>16</sup> As greves duraram cerca de 20 dias, mas foram de pouca expressão. A 26 de Abril de 1947, o Partido Comunista Português lançou a palavra-de-ordem « regresso ao trabalho », terminando assim o ciclo grevista iniciado em 1942 com ritmos de intensidade muito variáveis: razoável envergadura em 1942-1945, diminuta mobilização em 1945-1947.

<sup>17</sup> Em carta dirigida a Albino dos Reis, Presidente da Assembleia Nacional, com data de 4 de Fevereiro de 1947, escrevia Santos Costa: « No desejo de evitar mal entendidos, vou procurar expor a Vossa Excelência, por escrito, o que disse antes da abertura da Sessão de hoje [da Assembleia Nacional]: 1 - Afirmei a Vossa Excelência que o espírito público anda perturbado, que se vive um ambiente de desassossego e apto para as manobras escuras. 2 - Disse a Vossa Excelência que havia dois movimentos revolucionários em marcha: um, nitidamente, anti-Nação, com ligações para o exterior; outro, em que elementos nacionalistas, numa ansiedade, de algum modo compreensível fruto do receio do dia de amanhã, podem vir a colaborar. Eu acrescentei que ignorava, ainda, se haveria ligação, qualquer liame, entre estas duas correntes, embora certo de que muitos dos elementos que neles colaboram, estão convencidos de que tal não se verifica [...] »- cf. *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar* ..., p. 164.

mente na reunião camarária de 22 de Junho de 1944, onde o Presidente da Câmara Municipal, tenente-coronel Alvaro Salvação Barreto, apresentou uma proposta para a celebração do centenário, devendo constar do programa actos oficiais, festas públicas e edição de publicações de conteúdo histórico sobre esse acontecimento<sup>18</sup>. Um ano depois, na reunião de 19 de Julho de 1945, Salvação Barreto propôs a constituição das Comissões de Honra, Central e Executiva das Comemorações, cuja composição seria ajustada quase definitivamente na reunião de 21 de Fevereiro de 1946<sup>19</sup>, e apresentou um plano de desenvolvimento urbanístico da cidade, visto ter considerado esse período comemorativo favorável ao seu impulso. O Plano Director da Cidade de Lisboa seria aprovado nos finais de 1948.

<sup>18</sup> *Revista Municipal*, n.º 28-29, Lisboa, 1946, pp. 31-32.

<sup>19</sup> Apresenta-se, de seguida, a composição definitiva das várias comissões do centenário: a) *Comissão de Honra* - Presidente da República, Cardeal-Patriarca de Lisboa, Presidente do Conselho, Ministros, Governador Civil de Lisboa; b) *Comissão Municipal* - Presidente, Álvaro Salvação Barreto; Vogais, Alberto Carneiro de Mesquita, André Navarro, António Ferro, António Morais de Carvalho, António Santos Pedroso, Augusto Botelho da Costa Veiga, Augusto Celestino da Costa, Augusto Vieira da Silva, Carlos Cordeiro Feio, Diogo de Macedo, Francisco Cortês Pinto, Francisco de Melo Machado, Gustavo Cordeiro Ramos, Henrique Linhares de Lima, Henrique Tenreiro, Humberto de Luna da Costa Freire e Oliveira, Ivo Cruz, João Pereira da Rosa, Joaquim Fontes, Joaquim Leitão, Joaquim Roque da Fonseca, José Cottinelli Teimo, José do Nascimento Ferreira Dias Júnior, José Queirós Veloso, Leonel Banha da Silva, Luís Pastor de Macedo, Manuel Duarte de Sá e Melo, Reinaldo dos Santos, Salvador de Sá Nogueira, Vergílio da Fonseca; c) *Comissão Executiva* - Presidente, Álvaro Salvação Barreto; Vice-Presidente, André Navarro (secção de exposições, musical e desportos); Vogais, Alfredo Moreira (secção de exploração), António Ferro (secção de propaganda e teatro), António Lopes Ribeiro (secção de cinema), José Cottinelli Teimo (secção de decorações e iluminações), Luís Pastor de Macedo (secção de espectáculos ao ar livre), Manuel Duarte de Sá e Melo (secção de estudos e trabalhos da urbanização), Mário de Albuquerque (secção das solenidades religiosas e culturais), Jaime Lopes Dias (secção da reunião lisiponense e conferências), António Fernandes Leitão (secção de secretaria, contabilidade e tesouraria); Secretário, Manuel Ferreira de Andrade (secção de expediente e protocolo); d) *Realizadores* - Jorge Segurado e Carlos Santos (decorações e iluminações de cidade), Manuel Ferreira de Andrade (cerimónias inaugurais), Luís Menezes Alves (visita dos municípios das províncias), Norberto de Araújo (marchas populares dos bairros de Lisboa), Julieta Ferrão (exposição antoniana), Gomes Marques (cortejo dos bombeiros), António Rodrigues Cavalheiro (exposição de documentos e obras de arte relativos à história de Lisboa), Henrique Tenreiro (grande festa do Tejo e desfile da gente do mar), José Leitão de Barros (grande cortejo histórico de Lisboa), Augusto de Santa Rita (teatro infantil) - cf. *Revista Municipal*, n.º 28-29, Lisboa, 1946, pp. 35-38, e *Programa Oficial das Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa* (org. e dir. gráfica de Marques da Costa), Lisboa, 1947.

Das eleições municipais de 25 de Novembro de 1945, surgiu uma nova vereação para o quadriénio de 1946 a 1949, empossada no dia 2 de Janeiro de 1946 e novamente presidida por Salvação Barreto, que levaria a cabo a organização do centenário<sup>20</sup>. A consagração oficial deste acto comemorativo, que a Câmara Municipal de Lisboa vinha preparando, acabaria por ser dada através do Decreto-Lei n.º 35.749, de 16 de Julho de 1946. O Governo considerava o acontecimento de «alto significado e transcendência» para a nacionalidade portuguesa, entendia dever contribuir para a sua realização (nomeadamente, fixando um subsídio de 5.000.000\$00) e confirmava as Comissões nomeadas pelo Município.

### 3. Discursos Legitimadores

«[...] todos podem, com alegria e reconhecimento, celebrar este centenário: o fiel católico, porque a conquista deu esta cidade à Igreja de Cristo; o Português patriota, porque a deu a Portugal; o homem moderno porque a deu à civilização e ao progresso».

D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *Alocação* (15 de Maio de 1947)

Percorreu todos os discursos proferidos a ideia estruturante de aliança entre a cruz e a espada enquanto matriz identificadora do processo fundacional de Portugal, onde a tomada de Lisboa aos mouros representava um momento estratégico decisivo<sup>21</sup>. Os dois símbolos são convocados, em 1947, durante todo o

<sup>20</sup> A nova vereação da Câmara Municipal de Lisboa, presidida por Álvaro Salvação Barreto, tinha como efectivos: Alberto Boaventura de Almeida Belo, Alfredo Moreira, Américo Cortês Pinto, António Azevedo dos Reis, António José Brandão, António Maria Pereira, Henrique Pereira Ferraz, José Street de Arriaga e Cunha, José Luís Maria de Oliveira de Almeida Calheiros e Meneses, Mário Correia Teles de Araújo e Albuquerque, Pedro Correia Marques e Vasco de Moraes Palmeiro (Regaleira) - cf. *A Evolução Municipal de Lisboa. Pelouros e vereações*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, s.d., p. 131.

<sup>21</sup> O historiador monárquico tradicionalista João Ameal, produtor em grande parte do espírito histórico do Estado Novo, fez, em Maio de 1947 - logo a seguir às inaugurações, simbólica (14 de Maio) e oficial (15 de Maio) das comemorações -, uma precisa síntese do ambiente político-mental a promover pelo centenário, no artigo «A Cruz e a Espada», donde se retira este excerto sintomático: «Nas jomadas iniciais das comemorações do oitavo centenário da Tomada de Lisboa, aparecem, luminosamente conjugados, os dois grandes símbolos da nossa vida histórica: a Cruz e a Espada [...]. Tinha de ser assim, já que Portugal nascera em plena atmosfera de Cruzada - e a Cruzada não é mais, afinal, do que a Espada ao serviço da Cmz. [...] a nossa trajectória histórica se alonga à sombra dos dois grandes símbolos, de novo apresentados às homenagens conscientes do povo português: a Cmz de Cristo e a Espada dos guerreiros [...]»- cf. *Diário da Manhã*, Lisboa, ano XVII, n.º 5752, 17 de Maio de 1947, p. 3.

acto comemorativo, permitindo que se estabelecesse uma dialéctica de encontro entre os poderes religioso, militar e civil. A convergência simbólica e política entre esses três poderes verificou-se, logo, na cerimónia portuense de 13 de Maio de 1947 (no calendário católico, a data de 13 de Maio reenvia para as «aparições de Fátima»), onde foi entregue, ao comando da 1ª Região Militar, a espada<sup>22</sup> que, segundo a tradição, pertencera a D. Afonso Henriques, para depois ser transportada até ao Castelo de São Jorge. Subscreveram a convocação da cerimónia o Bispo da Diocese (poder religioso), o General-Comandante da 1ª Região Militar (poder militar) e o Presidente da Câmara Municipal do Porto (poder civil).

Observe-se os procedimentos de entrelaçamento entre os três poderes: o Presidente da Câmara entrega a espada ao Bispo, à entrada da Sé Catedral; segue-se o *Te Deum*; no final, o Bispo passa a espada ao General-Comandante, à saída da Sé; este coloca-a numa viatura militar que será escoltada por uma formação motorizada até Lisboa, fazendo paragens apoteóticas em Coimbra, Alcobça e Santarém; a espada chega ao Castelo de São Jorge, na manhã de 15 de Maio, marcando o início oficial das comemorações. Se o centenário visava recordar a conjugação dos poderes religioso, militar e civil no nosso destino histórico, também proporcionou mais uma oportunidade para valorizar o lugar de Lisboa nessa dinâmica concreta.

Joaquim Manso, director do *Diário de Lisboa*, no artigo «Um Centenário», perspectivaria desta forma a função histórica de Lisboa na construção nacional portuguesa: «Lisboa, princesa das gentes, rosa de oiro da cristandade, arrancada aos mouros, numa série de combates em que se misturaram os sangues de várias raças, deve, a Afonso Henriques, o privilégio de ser, à beira do Atlântico, a eleita duma arrancada bendita e civilizadora. A sua já larga existência confirma as esperanças dos que viram nela a cúpula duma abóbada majestosa [...]»<sup>23</sup>. Foi este um dos significados mais repetido nos vários discursos oficiais de Álvaro Salvação Barreto (Presidente da Câmara de Lisboa), de D. Manuel Gonçalves Cerejeira (Cardeal-Patriarca de Lisboa) e de Júlio Dantas (Presidente da Academia das Ciências de Lisboa), as três notabilidades a quem se deve a oratória comemorativa essencial.

Durante o *Te Deum* da Sé Patriarcal de Lisboa, no fim da tarde do dia 15 de Maio, o Cardeal-Patriarca de Lisboa, na sua alocução<sup>24</sup>, recordaria a importância da conquista cristã de Lisboa aos mouros: «Antes da conquista, a história de Lisboa é simples crónica de sucessos vários; depois é o drama da sua existência

<sup>22</sup> A espada integrava as colecções do Museu Nacional de Soares dos Reis, situado no Porto.

<sup>23</sup> *Diário de Lisboa*, Lisboa, ano 27º, n.º 8785, 14 de Maio de 1947, p. 1.

<sup>24</sup> *Diário da Manhã*, Lisboa, ano XVII, n.º 5751, 16 de Maio de 1947, p. 6.

através de oito séculos, drama vivido no corpo e na alma dos seus filhos». O acto português de 1147 representava, na sua opinião, um acto de libertação nacional: para o Estado, «na sua missão temporal»; para a Igreja, «na sua missão divina»; para o homem, «no seu espírito»; e para sua mulher, «na sua dignidade».

Na sessão solene dos Paços do Concelho, realizada na noite desse mesmo dia, os oradores Salvação Barreto e Júlio Dantas atribuíam outros significados<sup>25</sup>. O primeiro acentuou o lugar de Lisboa como «cabeça e coração do Império»; ao segundo coube um discurso de recorte mais complexo, qualificando assim a conquista de Lisboa: «Há, na fundação da nacionalidade, três grandes datas políticas: a de 1140, em que Afonso Henriques [...] adopta definitivamente o título de rei; a de 1143, em que, nas pazes de Zamora, [...] rei e reino são reconhecidos pelo suserano, Afonso VII de Castela e Leão; a de 1147, em que Portugal adquire, pelas armas, a sua base geográfico-marítima - Lisboa - futura e deslumbrante metrópole [...]». A argumentação de Júlio Dantas estabelecia a seguinte sequência entre as datas, quanto à construção nacional portuguesa: na primeira, havia um «povo» conduzido por um «rei»; na segunda, já se conquistava «de jure» um «reino»; e na terceira, finalmente, havia uma «nação».

Os actos religiosos valorizavam, quase exclusivamente, o significado da conquista cristã de Lisboa, sendo fácil surpreendê-lo nas oratórias do reverendo dr. Manuel António Valente Pombo aquando do *Te Deum* de Lisboa a 15 de Maio. Júlio Dantas, não excluindo essa dimensão - «Há, na verdade, alguma coisa de mais cruel do que a guerra sem trégua: é a paz sem Deus» -, advertiu, no discurso comemorativo de inauguração, para que não se esquecesse que se estava a solenizar, com os representantes dos Municípios, não apenas os oito séculos da «Lisboa cristã», mas também a «nossa Lisboa» seis vezes coroada - fenícia, cartaginesa, romana, goda, árabe e cristã-portuguesa.

A letra do *Hino de Lisboa* - autoria de Gustavo de Matos Sequeira, com música do maestro Rui Coelho -, sintetiza bem o espírito do centenário:

Lisboa é só uma,	Oito séculos de idade	A bandeira do crescente
Cidade tão rara	Envelheceram Lisboa,	Veio tombar aos pés da cruz
Que não se compara	Mas doiraram-lhe a coroa	Nasceu um Sol no Oriente,
Com outra nenhuma.	Duma eterna mocidade.	Mas um sol diferente
		Doutra cor e doutra luz.
O céu corou-a	Põem-na os anos à prova	
Dum estranho lampejo	E a nossa Lisboa melhora-se ainda	
E Deus baptizou-a	Quanto mais velha mais linda	
Nas águas do Tejo.	E sendo mais linda parece mais nova.	

<sup>25</sup> Cf. discursos de Salvação Barreto e de Júlio Dantas, in *Revista Municipal*, nº 33, Lisboa, 1947, pp. 18-23.

#### 4. Espaço e Tempo Comemorativo

«A cidade vai [...] ressurgir, como um presépio, acachapado do casario, rebrilhando de luzes multicores, como uma visão fantástica de um morro árabe aspergindo lumes. Ficará bonita, pois, a velha cidade, moça que se naturalizou portuguesa, há 800 anos.»

Manuel Martinho, «Lisboa de hoje», in jornal *Vida Mundial*  
(3 de Maio de 1947)

A geografia das comemorações, até pela sua própria especificidade, cingiu-se quase totalmente à cidade de Lisboa. Há, contudo, que salientar a convergência entre o Porto e Lisboa, operada logo no acto de entrega da espada de D. Afonso Henriques, a 13 de Maio, e também não se deve esquecer a mobilização regional propiciada pelo Cortejo dos Municípios de 1 de Junho. Agregar a segunda cidade do País aos festejos foi, desde o início, intenção da Comissão Executiva do Centenário, tendo o Presidente da Câmara Municipal do Porto, prof. de Medicina Luís de Pina, aceite o convite a 21 de Novembro de 1946. Entre as iniciativas comemorativas propostas pelo município portuense estava uma récita de gala, concertos de música de câmara, um ciclo de conferências, a atribuição do nome de Praça de Lisboa à nova praça junto à Torre dos Clérigos e a inauguração de uma lápide em bronze recordando a acção da cidade e do seu bispo, D. Pedro Pitões, no auxílio dado pelos cruzados nórdicos ao primeiro rei de Portugal.

##### *Dinâmica dos Ciclos Comemorativos*

O programa oficial das comemorações<sup>26</sup> definiu três momentos no processo de celebração festiva: primeiro ciclo das comemorações (meses de Maio a Junho); período intercalar correspondente às férias (meses de Julho a Setembro);

<sup>26</sup> A edição em 1947 do *Programa Oficial das Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa*, composto e impresso na Sociedade Astória, Lda., incorporou as várias comissões, os textos «As comemorações», de Álvaro Salvação Barreto, e «Panorama geral das festas», de Urbano Rodrigues, a calendarização das iniciativas e o guião do cortejo histórico. Entre os anúncios publicitários insertos, há um que merece destaque e transcrição - o da Shell Company of Portugal, Limited: «1147. A conquista de Lisboa, pelas hostes de Afonso Henriques, auxiliadas pelos aguerridos cruzados ingleses, é o primeiro passo da secular aliança política e militar que tem unido as duas nações - Inglesa e Portuguesa - e que as relações culturais e comerciais têm reforçado. Desde então, através de toda a história da cidade, encontramos frequentes provas destas relações. Aqui vêm mercadores ingleses, activos e numerosos, negociar as riquezas orientais que as naus da Índia trazem. Aqui se fixam a partir do século XVIII. Aqui se estabelecem durante

segundo ciclo das comemorações (mês de Outubro)<sup>27</sup>. A inauguração simbólica deu-se às 23h e 30m do dia 14 de Maio, por meio de um simulacro de combate no Castelo de São Jorge, continuou, à meia-noite, com o aparecimento de uma cruz luminosa sobre as muralhas, ao que se seguiu o trajecto pelas ruas de todos os sinos das igrejas de Lisboa e bandas de música anunciando o começo dos festejos; tocou-se o *Hino de Lisboa* de Matos Sequeira (musicado por Rui Coelho) e a *Grande Marcha do Centenário*, de Norberto de Araújo (musicada por Raul Ferrão). Oliveira Salazar dirigiu-se nessa noite à sede do S.N.I., dirigido por António Ferro, para assistir ao concerto.

A inauguração oficial decorreu a 15 de Maio, a partir das IOh e 30m, com a chegada ao Castelo da espada de D. Afonso Henriques; à tarde, houve *Te Deum* na Sé Patriarcal, com alocução do Cardeal Patriarca e, à noite, sessão solene nos Paços do Concelhos, com discursos de Salvação Barreto e Júlio Dantas. O encerramento oficial teve lugar na tarde do dia 25 de Outubro, com a entrega da estátua de D. Afonso Henriques no Castelo de São Jorge, oferecida pelo distrito do Porto à cidade de Lisboa. Do programa do primeiro ciclo comemorativo constaram, por exemplo, a inauguração de iluminações<sup>28</sup> e da feira de

o século XIX as indústrias que são o reflexo da famosa Revolução Industrial Inglesa; técnicos e maquinaria que apetrecham as fábricas são quase exclusivamente ingleses. Actualmente orgulha-se a SHELL de há mais de 30 anos contribuir para o desenvolvimento da cidade e de poder pôr à disposição da indústria, da construção civil e dos transportes terrestres, marítimos e aéreos de Lisboa e de todo o Império, toda a sua organização de abastecimentos, os seus produtos e as suas secções técnicas».

<sup>27</sup> *Revista Municipal*, n.º 33, 34 e 35, Lisboa, 1947.

<sup>28</sup> Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, «VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros», caixa 10, pasta 38 e 38-b. A geografia das iluminações públicas abrangeu as áreas da Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade, Praça dos Restauradores, Largo D. João da Câmara, Praça D. Pedro IV, Ruas da Prata, Augusta e Áurea, Praça do Comércio; ruínas do Convento do Carmo, Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Palácio da Ajuda, Palácio de São Bento, Castelo de São Jorge, Quartel dos Marinheiros, Palácio das Necessidades, Palácio de Belas, Museu de Artilharia, Museu de Arte Antiga; Igrejas de São Roque, Estrela, São Domingos, Santos-o-Velho, São Cristóvão, Arroios, Italianos, Encarnação, Jerónimos, Mártires, Conceição Velha, Conceição Nova, Santo António, Anjos, São Vicente, Benfica, Memória, Nossa Senhora de Fátima, São Mamede, Madre Deus e Madalena; Chafarizes do Largo do Quartel dos Marinheiros, do Largo Dr. José de Figueiredo, Rua da Junqueira e Esperanças; Estátuas do Marechal Saldanha, Duque da Terceira, Luís de Camões, Afonso de Albuquerque, Pedro Álvares Cabral, Guerra Peninsular, Eça de Queiroz, Sá da Bandeira e António José de Almeida; outros edifícios como Escolas Primárias, Liceus, Casa da Moeda, Estatística, Faculdade de Medicina, Agência Geral das Colónias, Direcção-Geral de Fomento Colonial, Escola Superior Colonial, Hospital Colonial, Instituto de Medicina Tropical, Arquivo Histórico Colonial, Depósito Militar Colonial; Teatros Apoio, Avenida e Trindade; Estações do Cais do Sodré, Rossio, Terreiro do Paço e Elevador de Santa Justa; muitas instituições bancárias.

amostras de Lisboa, concurso de montras, jardins e janelas floridas, exposições de avicultura e floricultura, exposições antoniana, da imagem da flor e de documentos e obras de arte relativas à historia de Lisboa, récitas de gala, concertos sinfónicos, campeonato do mundo de hóquei em patins (Portugal foi campeão, sem derrotas), primeiro jogo de futebol entre Portugal e a Inglaterra (Portugal perdeu por 10-0), concurso hípico internacional, campeonato internacional de esgrima, tourada de gala. No período intercalar de férias, houve teatro e cinema para as crianças e algumas manifestações desportivas. No segundo ciclo das comemorações, continuaram as inaugurações de exposições (pintura, escultura e arquitectura, fotografias, bibliográfica comemorativa da tomada de Lisboa aos mouros), as actividades de desporto, o concurso de montras floridas e os concertos sinfónicos.

A projecção popular e política das comemorações atingiu grande impacto com algumas iniciativas. Logo, a 1 de Junho, o Cortejo dos Municípios (organizado pelo dr. Menezes Alves), onde desfilaram representações originais com os ranchos folclóricos e trajes típicos das suas actividades; a 13 de Junho, dia de Santo António, as Marchas Populares dos Bairros de Lisboa (organizadas pelo jornalista Norberto de Araújo), não comparecendo os bairros da Bica e Alcântara<sup>29</sup>; a 29 de Junho, dia de São Pedro (padroeiro dos marítimos), a Grande Festa do Tejo (organizada pelo oficial de Marinha Henrique Tenreiro); a 6 de Julho, o Grande Cortejo Histórico de Lisboa (organizado pelo cineasta e pintor Leitão de Barros), repetido a 20 de Julho, e que seria cinematografado por António Lopes Ribeiro<sup>30</sup>; por fim, a 25 de Outubro, uma Parada Militar que mobilizou grandes meios humanos e materiais<sup>31</sup>.

<sup>29</sup> Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, «VIII Centenário ...», caixa 1, pasta 5.

<sup>30</sup> Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, «VIII Centenário ...», caixa 14, pasta 52. António Lopes Ribeiro foi contratado para realizar o filme «O Grande Cortejo Histórico de Lisboa», formato de 35 mm (mínimo de 350 m e máximo de 450 m), até 31 de Outubro de 1948.

<sup>31</sup> A Parada Militar de 25 de Outubro, comandada pelo general D. Fernando Pereira Coutinho, teve uma expressão gigantesca para a ocasião - 8975 homens e 709 viaturas -, devido ao forte empenho do ministro da Guerra, Santos Costa, que queria mostrar em público, perante Oliveira Salazar, a sua força político-militar que tinha sido abalada na recomposição ministerial de Fevereiro último, mas o Presidente do Conselho acabaria por não comparecer a esta cerimónia. Vale a pena rememorar curtos excertos de cartas que ambos trocaram nesse dia 25 de Outubro. Afirma Santos Costa: «A não comparência de V. Ex<sup>a</sup> ao desfile militar de hoje que na suposição de ser útil a V. Ex<sup>a</sup> com tanto entusiasmo preparei, para mais que eu próprio procurei limitar-lhe o significado ou arranjar-lhe uma explicação aceitável, não pode deixar de ser tomada como falta de apoio ou de incentivo à minha modesta acção do governo. Vossa Excelência não ignora com que porfiada vontade luto para que, nos dias difíceis que atravessamos, se não perca nenhuma obra gigantesca de que V. Ex<sup>a</sup> é único exclusivo autor e de que o País é indiferente beneficiário [...]. Mas se

### *Imagens das Comemorações*

A espada e a estátua de D. Afonso Henriques corporizaram as imagens de rei cavaleiro vencedor. A cruz de Cristo, transfigurada na cruz monumental que se acendeu no Castelo, representou a sacralização do acto guerreiro contra os mouros, propiciando, por sua vez, a interiorização da imagem de rei cristão vencedor. Estava, deste modo, construído o significado do espírito comemorativo sobre a tomada de Lisboa aos mouros: D. Afonso Henriques tinha a dupla qualidade de rei cavaleiro e de rei cristão, isto é, a espada e a cruz.

No concurso de cartazes do centenário não foi atribuído o 1º prémio e o júri escolheu sete cartazes: 2º prémio, para o cartaz de Alberto Cardoso, onde se evocava a caravela do mártir São Vicente com os dois corvos lendários - símbolo da cidade de Lisboa; 3º prémio, para o cartaz de José Martins Barata, figurando nele um cavaleiro cristão em posição de combate, vendo-se ao fundo o Castelo de São Jorge; menções honrosas para José Espinho, Carlos de Andrade Ribeiro, Matos Chaves e Manuel Lapa (dois cartazes). O primeiro prémio do concurso para a medalha comemorativa foi dada ao escultor Álvaro de Brée. Os C.T.T. associaram-se aos festejos através da emissão de uma série de selos comemorativos, com desenho único do ilustrador Jaime Martins Barata, que evocava a rendição dos cinco chefes mouros e a entrega da cidade, aparecendo o Castelo de São Jorge em segundo plano<sup>32</sup>.

deixei de merecer a sua confiança, se a humildade, a dedicação, a lealdade com que sirvo, deixaram de ter valor ou não tem por seu lado a ampará-las o carinho e o interesse de V. Ex<sup>a</sup>, permita, Senhor Presidente, que eu regresse à humildade do meu ser, que lhe solicite com o maior fervor, de joelhos em terra e de mãos erguidas, numa súplica de alma que talvez poucos possam compreender, me tire deste martírio e me substitua para sossego de tantos, maior glória da Vossa Excelência e mais seguro proveito para a Nação e para o Exército [...]» — cf. *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar ...*, p. 213. Responde Oliveira Salazar: «Lamento do coração que a minha falta de comparência no desfile militar lhe tenha causado tão grande desgosto como o que me revelam as palavras da sua carta acabada de receber. Muito conhecedor dos meus achaques, ontem mesmo percebi que não podia contar comigo hoje para me apresentar em público. Assim que acabei de receber o almirante americano [almirante Conolly, comandante-chefe das esquadras americanas do Atlântico e Mediterrâneo] e voltei para casa, achei pouco natural, e logo o disse, que hoje pudesse sair. Mobilizei os que podia para ajudar o ministro da pasta e tive logo notícias do modo como decorrera, pois isso me interessava [...]. Remediaremos como pudermos qualquer mau efeito. É preciso levar esta cruz ainda durante algum tempo. Tenha paciência com tudo e desculpe não ser mais longo [...]»- cf. *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar ...*, p. 215.

<sup>32</sup> A.H. de Oliveira Marques, *História do Selo Postal Português*, vol. III, Lisboa, CTT/TLP, s.d. [1980], pp. 52-55.

O grande momento visual das comemorações foi constituído pelo sumptuoso e colorido cortejo histórico de 6 de Julho, que teve por base o ambiente quinhentista da Lisboa de D. Manuel I e evocou os reis construtores da cidade (D. Afonso Henriques, D. Afonso II, D. Dinis, D. Fernando, D. João I, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I) e o mundo político-social desse tempo. Segundo a empolgante reportagem do jornalista Artur Portela para o *Diário de Lisboa*, teriam assistido ao desfile, num percurso de oito quilómetros, meio milhão de espectadores, afirmando a certo passo: «Lisboa nunca viu coisa assim! A história não o regista, nem a memória dos homens! Está muda de espanto. A alma da multidão parece aterrorizada! Sufoca na hipnose deste espectáculo, que marcha lento [...] e que parece não ter fim [...]»<sup>33</sup>.

#### *Financiamento das Comemorações*

A 28 de Abril de 1948, a Comissão Executiva do Centenário concluiu o mapa da conta de gerência<sup>34</sup>, donde podemos extrair algumas conclusões: houve cinco orçamentos suplementares, demonstrando as crescentes complexidades da contabilidade. Com um orçamento ordinário de 11.000.000\$00, acabou por se elevar a 15.663.688\$74 (488.408\$85 de despesas com o pessoal + 1.451.314\$05 de despesas com o material + 13.655.927\$02 de pagamento de serviços e diversos encargos + 17.476\$00 de descontos legais + 50.562\$82 de saldo depositado na CGD). O Estado foi o grande financiador da iniciativa (6.000.000\$00 de subsídio + 5.000.000\$00 de empréstimo, a reembolsar pela Câmara até 31 de Dezembro de 1948).

Das 39 rubricas de encargos administrativos, onde se gastou mais, saliente -se as do Desfile Histórico de Lisboa (5.430.563\$ 10), das Decorações e Iluminações (2.925.575\$35), da Festa no Tejo (1.481.322\$91), da Publicidade e Propaganda (644.033\$75) e das Publicações (606.068\$35).

#### *Comemorações e História de Lisboa*

A propósito das comemorações do 5º centenário do descobrimento da Guiné, iniciadas a 3 de Janeiro de 1946, o historiador Vitorino Magalhães Godinho publicou o opúsculo *Comemorações e História (A descoberta da Guiné)*, onde se estabeleceu uma perspectiva crítica sobre todo o acto comemorativo que não

<sup>33</sup> *Diário de Lisboa*, Lisboa, ano 27º, nº 8838, 6 de Julho de 1947, pp. 1 e central.

<sup>34</sup> Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, «VIII Centenário ...», caixa 9, pasta 35.

fosse propiciador de construção social do passado: «Os aniversários e centenários só podem ser úteis se constituírem ensejo para estudar problemas, meditar directrizes, criticar certezas dogmáticas, caso contrário, mumificam os vivos, sem ressuscitar os mortos [...]»<sup>35</sup>. Embora estimulada por esse acontecimento, esta advertência ganhou audiência numa área da cultura portuguesa, constituindo-se em atitude mental exemplar sobre o procedimento comemorativo histórico português<sup>36</sup>.

O centenário de 1947 em análise, pela própria origem comemorativa estadual, foi mais uma operação de construção da mentalidade nacionalista do Estado Novo do que um processo de estudo crítico sobre o tempo histórico da fundação de Portugal. Mas não se resumiu a uma oratória de saudosismo tradicionalista, pois permitiu a intervenção de eruditos e profissionais das ciências humanas no conhecimento histórico do passado de Lisboa, por meio de conferências públicas<sup>37 38</sup> ou da obra *Lisboa, Oito Séculos de História*<sup>TM</sup>, assim

<sup>35</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Comemorações e História (A descoberta da Guiné)*, Lisboa, Cadernos da «Seara Nova», 1947, p. 14.

<sup>36</sup> Quarenta anos depois, Vitorino Magalhães Godinho voltaria às mesmas exortações no sugestivo ensaio «Portugal e os Descobrimientos», *Revista de História Económica e Social*, nº 22, Janeiro-Abril, Lisboa, 1988, pp. 21-50. Exemplos de intercepção dos discursos histórico e ideológico encontram-se em Luís Reis Torgal, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1989.

<sup>37</sup> Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, «VIII Centenário ...», caixa 5, pasta 23. Quanto às conferências públicas, assinala-se as de Gustavo de Matos Sequeira, «A Vida em Lisboa», de Reinaldo dos Santos, «Lisboa na Pintura», de Frei António Crespo, «Lisboa Cristã», de Joaquim Leitão, «Lisboa e o Tejo», de Mário de Albuquerque, «Lisboa, Velha Capital Europeia», de Marcello Caetano, «Lisboa, Cabeça do Império Português» e de Augusto Botelho da Costa Veiga, «A Acção Militar na Tomada de Lisboa».

<sup>38</sup> *Lisboa, oito séculos de história (org. e dir. de Matos Sequeira)*, Câmara Municipal de Lisboa, Publicações comemorativas do 8.º Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, MCMXLVII, (ilustrações dos pintores Jaime Martins Barata e José de Almada Negreiros). Nesta edição monumental, que é um contributo significativo para a história de Lisboa, colaboraram: Orlando Ribeiro, «O Território de Lisboa»; Joaquim Fontes, «Nos Tempos Pré-Históricos»; Gustavo de Matos Sequeira, «Fábulas, Lendas, Mitos»; Joaquim Fontes, «A Proto-História»; Augusto Vieira da Silva, «Lisboa Romana»; Gustavo de Matos Sequeira, «Os Bárbaros»; Garcia Domingues, «Árabes e Moiros»; José Augusto de Oliveira, «A Conquista de Lisboa»; Norberto de Araújo, «No Tempo de Afonsis»; Gustavo de Matos Sequeira, «A Cidade Medieval»; Gustavo de Matos Sequeira, «A Epopeia de Lisboa»; Durval Pires de Lima, «Sob o Signo de Avis»; Mário de Sampaio Ribeiro, «Lisboa Manuelina»; Queirós Veloso, «Na Era da Renascença»; Queirós Veloso, «1580 a 1640»; Gastão de Melo Matos, «Lisboa na Restauração»; Gustavo de Matos Sequeira, «A Cidade de D. João V»; Norberto de Araújo, «Lisboa e o Terramoto»; Durval Pires de Lima, «No Tempo das Guerras Cívicas»; Julieta Ferrão, «A Romântica Lisboa»; Acúrcio Pereira, «Lisboa nos últimos Anos da Monarquia»; Luís de Oliveira Guimarães, «A Cidade de Ontem»; Jaime Lopes Dias, «Lisboa de Hoje».

como a intervenção de técnicos na formulação das novas áreas para o avanço da dinâmica urbana no município de Lisboa, através da I Reunião Olisiponense<sup>39</sup>.

## 5. Advertências Críticas

«Começam cedo em demasia as comemorações da conquista de Lisboa. [...] assim como o 15 de Maio não tem significado histórico para a comemoração [...], o dia de S. Pedro (29 de Junho) já pode ser considerado porque, nessa data, D Afonso Henriques entrou no arraial dos cruzados».

Rocha Martins, «Fastos e Festas»,  
in jornal *República* (14 de Maio de 1947)

O processo comemorativo explicitado foi sujeito a reparos e a posições críticas por parte de notabilidades ligadas à oposição moderada republicana ou socialista que, apesar da censura à imprensa, puderam exprimir-se com alguma liberdade no diário *República* (dirigido por Carvalhão Duarte) e no semanário *Sol* (dirigido por Lello Portela). Entre as atitudes publicistas, destaque-se as de Augusto Casimiro, Francisco Rocha Martins, general João Pereira Bastos e comandante Moreira Campos.

### *O Sentido Comemorativo*

Face a práticas discursivas que tendiam a valorizar, quase exclusivamente, a raiz portuguesa da conquista de Lisboa aos mouros - numa projecção de triunfalismo nacionalista luso -, o republicano Augusto Casimiro, antigo combatente na Primeira Grande Guerra, recordava a convergência necessária entre portugueses e estrangeiros na referida conquista<sup>40</sup>. Era, na sua opinião, esta mensagem universalista que interessava celebrar e promover ao lado da «lição magnífica e humana daquele rei cercado pela gente rude e democrática dos concelhos». Casimiro preocupava-se com o facto de «a largueza dispersiva dos programas» poder dispersar essa exemplaridade, convocando para o presente

<sup>39</sup> Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, «VIII Centenário ...», caixa 5, pasta 22. Constavam da temática a estudar na I Reunião Olisiponense os seguintes assuntos: I - Lisboa, na rota do mundo: a) Comunicações, b) Turismo; II - Lisboa e a sua população: a) Abastecimento da cidade, b) Habitações económicas; III - Lisboa, sua valorização e embelezamento: a) Urbanização, b) Renovação da Fisionomia de Lisboa, c) Remodelação da Baixa Pombalina e da Avenida da Liberdade, d) Parques, jardins e miradouros, e) Higiene urbana.

<sup>40</sup> Augusto Casimiro, «Lições do passado», *República*, Lisboa, II série, ano XXXVI, nº 5947, 24 de Maio de 1947, pp. 1 e 4.

a «lição do passado»: o que lhe interessava era a inculcação nos Portugueses do «espírito forte, criador, providente e conciliante, ao serviço de um melhor futuro, dos chefes e dos homens de há oitocentos anos».

### *A Data Inicial*

Coube a Francisco Rocha Martins, publicista de grande audiência e agora convertido ao ideal socialista moderado, a crítica à escolha do dia 15 de Maio para o começo oficial dos festejos. Não significava historicamente nada, encontrando somente a razão de ser no aproveitamento dos «dias longos de Verão, fugindo às chuvas, cercando de rosas a capital»<sup>41</sup>. Sendo certa esta advertência - mas ninguém fundamentou historicamente a data -, os organizadores escolheram o mês de Maio pelo seu simbolismo religioso e nacional, permitindo integrar já, na dinâmica do centenário, as tradicionais festas lisboetas a Santo António (13 de Junho). Para Rocha Martins, começavam cedo demais as comemorações - «Maio de 1147 não era um mês de esperanças para o conquistador de Santarém» -, devendo estas iniciarem-se nunca antes de 29 de Junho, altura em que os cruzados fundearam no Tejo: Lisboa só seria conquistada cento e catorze dias após, a 25 de Outubro. Apesar destas considerações, Rocha Martins concluiu que as observações «não passam de uma inocente digressão histórica» e formula à cidade votos de boas festas.

### *A Colocação da Estátua de D. Afonso Henriques*

Um terceiro aspecto, sujeito a debate, foi o local escolhido - Castelo de São Jorge - para colocar a estátua (reprodução da imagem que se encontrava em Guimarães, de autoria do escultor Soares dos Reis) oferecida à cidade de Lisboa pelo município do Porto. O general João Pereira Bastos (antigo ministro da Guerra, em 1913-1914) foi o primeiro a objectar<sup>42</sup>, considerando que Lisboa não tinha sido tomada por via de qualquer operação militar dirigida contra o Castelo. O local estratégico fora, para o general, outro: o alto de São Gens - o da Senhora do Monte -, onde D. Afonso Henriques montara o seu posto de combate. Aí se devia erigir a sua estátua, pondo-a de frente para o Castelo. Outro depoimento contrário à localização no Castelo veio do «Dr. X»<sup>43</sup>, com o

<sup>41</sup> Rocha Martins, «Fastos e Festas», *ibidem*, n.º 5937, 14 de Maio de 1947, pp. 1 e 5.

<sup>42</sup> General Pereira Bastos, «A estátua de Afonso Henriques», *ibidem*, n.º 5950, 27 de Maio de 1947, p. 1.

<sup>43</sup> Dr. X., «A estátua de Afonso Henriques», *ibidem*, ano XXXVII, n.º 6104, 29 de Maio de 1947, p. 4.

argumento do lugar ser de pouca visibilidade e de sugerir erradamente que o herói era «o daquela tomadia, só, e não de quase toda a Terra Portuguesa. É um apucamento [...]».

### *O Cortejo Histórico*

Por fim, a advertência mais radical publicada veio da pena do comandante Moreira Campos sobre o cortejo histórico<sup>44</sup>. Afirmava tê-lo visto, «mais ou menos histórico», onde as «verdadeiras grandezas históricas» tinham ficado escurecidas no luxo, na ostentação, no «folclórico». Criticava, assim, a excessiva dimensão do espectáculo visual em relação ao diminuto inculcamento da tradição, a fim de solidificar o sentimento nacional.

## **6. Considerações Finais**

O 8º centenário da tomada de Lisboa aos mouros corporizou, no ponto de vista do imaginário histórico, um forte momento de celebração nacionalista da epopeia de formação do território português, em certa medida uma repetição de um dos polos das comemorações Duplo Centenário. Mas, de facto, em 1940, pretendeu-se mostrar, principalmente, a Nação, nas suas pulsões fundadoras, na construção dos sucessivos impérios e nas resistências à sua sobrevivência como Estado-nação. Em 1947, o objectivo era comemorar o lugar central de Lisboa nesse processo de realizações, pois, como afirmou Salvação Barreto, no discurso de 15 de Maio, a sorte de Lisboa tinha decidido a sorte de Portugal.

Este vector de vivência da memória colectiva nacionalista não se construiu, porém, em exclusividade. Por um lado, interessa relembrar a intenção dos organizadores em aprofundar o passado de Lisboa, aí se inserindo a obra *Lisboa, Oito séculos de História* e as conferências públicas de Gustavo de Matos Sequeira, Reinaldo dos Santos, Frei António Crespo, Joaquim Leitão, Mário de Albuquerque, Marcello Caetano, Augusto Botelho da Costa Veiga. Por outro lado, houve a promoção de um olhar técnico prospectivo sobre a dinâmica urbana de Lisboa, evidenciada nas sessões de trabalho da I Reunião Olisiponense.

No ponto de vista do imaginário político, o centenário foi mais uma oportunidade para promover as imagens, as ideologias e as mentalidades do Estado Novo, num momento de grande agitação interna, quer de ordem social

<sup>44</sup> Comandante Moreira Campos, «Lisboa, nobre cidade!», *Sol*, Lisboa, ano VII, nº 144,6 de Dezembro de 1947, pp.1 e 10.

(abastecimentos, custo de vida), quer de ordem política (nas áreas do poder e das oposições). Assim é que, em tomo das celebrações ritualistas do centenário, e sob a consigna Lisboa-capital do império, foi promovida uma imagem triunfalista da Nação (Grande Cortejo Histórico de Lisboa em Julho) e uma imagem de autoridade do Estado (*Te Deum* na Sé Catedral em Maio, Cortejo dos Municípios em Junho, Parada Militar em Outubro). Nas práticas discursivas e nas imagens visuais fixadas, encontra-se claramente plasmado um poder simbólico a transmitir por meio de ideias como as de nação, pátria, império, fé, tradição, história ou missão civilizadora.

O espectáculo não inovou em relação à grande operação cultural e política de 1940. Com razão afirmou Júlio Dantas, em 15 de Maio de 1945: «Há hoje, em Portugal, o excessivo culto da efeméride. Aos homens do Duplo Centenário -*poenitet me!* - cabem especiais responsabilidades no desenvolvimento dessa tendência, não só porque exacerbaram a nossa vocação comemorativa, mas porque forneceram, na riqueza e na originalidade do programa de então, tipos paradigmáticos para toda a espécie de actos solenes (. . .)»<sup>45</sup>

Deve notar-se, no entanto, que o Cortejo dos Municípios, com a mostra das suas expressões culturais próprias, permitiu revelar a crescente contraposição de hábitos e costumes da Província com a cada vez mais cosmopolita Lisboa dos anos 40. Numa crónica de Manuel Martinho para a *Vida Mundial*, sobre o desfile dos municípios, estão, de forma bastante interessante, diagnosticados esses dois «mundos»: o autor contrapunha, entre outras realidades do lazer, a graciosidade rural dos ranchos de bailadores de adros de igrejas e romarias típicas à cultura urbana de Lisboa que importava os *foxs* para as sociedades de recreio e os *swings* para os *cabarets*<sup>46</sup>.

Regressando aos problemas de partida, pode afirmar-se que as comemorações deste centenário estabeleceram um laço solidário entre a construção da memória colectiva nacionalista e a construção da memória histórica lisiponense, propiciaram uma convergência de propósitos entre o Estado, a Igreja Católica e as Forças Armadas, e incentivaram uma dinâmica festiva do espaço urbano lisboeta, por meio de formas variadas de espectáculo.

<sup>45</sup> *Revista Municipal*, nº 33, Lisboa, 1947, p. 21.

<sup>46</sup> Manuel Martinho, «A alegria da multidão», *Vida Mundial*, Lisboa, ano IX, nº 419, 7 de Junho de 1947, p. 7.